

Marcas deste início de milênio, a aceleração e o impacto das mudanças sociais revelaram-se em toda a sua evidência na campanha eleitoral deste ano. Basta lembrar que a internet começou a dar os primeiros passos fora das universidades, em 1995, quando foi inscrito o primeiro sítio .com.br da história. Smartphones, WhatsApp e redes sociais em geral pertencem ao século XXI e já transformaram definitivamente a forma de fazer política e, portanto, de exercermos os nossos direitos.

Certamente, as mudanças na vida cotidiana e nas práticas institucionais trazem desafios intelectuais. As inovações, inclusive, não são apenas tecnológicas, pois também nossos valores e perspectivas são pressionados pelas mudanças. Há uma década, por exemplo, seria impensável que as escolas e outras instituições sustentassem debates sobre cidadania que incorporassem a discussão sobre a identidade de gêneros, preconceitos e direitos das minorias sociais ou sexuais, da forma como ocorrem hoje em dia.

Nesta edição da revista JUSTIÇA ELEITORAL EM DEBATE, a Escola Judiciária Eleitoral do Rio aceitou o desafio de contribuir com o pensamento e o debate democrático, ao dar início a uma profunda reformulação editorial. Afinal, todas as transformações sociais apoiam-se num conjunto de ideias e práticas sociais emergentes que as justifiquem e legitimem. Ideias que, cedo ou tarde, chegam à esfera pública.

Com periodicidade agora semestral, estimamos contribuir com o debate de alto nível sobre políticas públicas, Direito Eleitoral e direitos de cidadania, levando a nossos qualificados leitores, nessa edição, 14 artigos científicos e três ensaios, além de uma entrevista com os desembargadores Carlos Eduardo da Fonseca Passos, presidente do TRE-RJ, e Carlos Santos Oliveira, vice-presidente e corregedor regional eleitoral. Busca-se cumprir regras nacionais de publicação, qualificando a revista cientificamente, em constante diálogo com o mundo acadêmico das diversas regiões de nosso país, além de intercâmbio internacional, ao trazermos artigos de estudiosos de outros países que podem contribuir com o nosso exercício dos direitos constitucionais. As novidades alcançam a revisão dos artigos por pares e a oportunidade para jovens graduandos iniciarem seus publicações, como forma de incentivo.

Conquistas tecnológicas de última geração nos encantam e surpreendem, mas também carregam uma história. Nesse ponto, não são distintas dos direitos políticos ou civis. Tudo isso foi conquistado com criatividade, bravura e boas doses de sacrifício. Isso significa haver o compromisso histórico de estender a todos essas conquistas.

Nosso empenho, portanto, deve ser o estímulo ao debate crítico, à busca de que todos os lados das questões sejam conhecidos, à procura de soluções criativas, conforme estabelecido na nossa missão de: "Disseminar conhecimento sobre os Direitos e Garantias Fundamentais através do efetivo exercício dos Direitos Políticos previstos na Constituição Federal".

Manter viva a reflexão e a memória das lutas das gerações que nos precederam é parte do compromisso de promover e elevar o debate sobre a cidadania. Lembrar o custo humano na contrução da liberdade e democracia no Brasil e no mundo, com a certeza de que cada geração, inclusive de intelectuais, saberá encontrar suas próprias respostas às questões impostas pelo presente e por cada momento histórico.

Ao inaugurar essa nova etapa, a revista JUSTIÇA ELEITORAL EM DEBATE espera manter-se à altura desses compromissos com a cidadania, o debate democrático e a pesquisa científica.

**Desembargadora Eleitoral Maria Aglaé Tedesco Vilardo**

*Doutora em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS em associação da UERJ,UFRJ,UFF e FIOCRUZ)*
*Diretora da Escola Judiciária Eleitoral*